

## Detalhe de Oferta de Emprego

### Caracterização da Oferta

**Código da Oferta:** OE201810/0117

**Tipo Oferta:** Mobilidade Interna

**Estado:** Activa

**Nível Orgânico:** Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

**Orgão / Serviço:** Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

**Regime:** Carreiras Gerais

**Carreira:** Técnico Superior

**Categoria:** Técnico Superior

**Grau de Complexidade:** 3

**Remuneração:** De acordo com a LOE 2017 será a auferida presentemente

**Suplemento Mensal:** 0.00 EUR

### Caracterização do Posto de Trabalho:

Apoio técnico-jurídico ao Conselho Diretivo da FCT, I.P., nas seguintes áreas:

- a) No âmbito da atividade dos diversos Departamentos da FCT elaborar de pareceres ou informações de cariz jurídico, protocolos ou contratos, bem como realizar estudos técnico-jurídicos, em todos os domínios da ciência e da tecnologia, assim como do desenvolvimento da cooperação científica e tecnológica internacional;
- b) Apoio jurídico a concursos, em todas as suas fases, nomeadamente os de atribuição de bolsas e outros concursos competitivos, nacionais e internacionais;
- c) Preparação de procedimentos de reconhecimento de atividades científicas, nos termos do regime do mecenato científico;
- d) Colaboração no desenvolvimento e gestão de projetos ligados à inovação, simplificação e modernização administrativa;
- e) Elaboração e assessoria em propostas de legislação e regulamentação, no âmbito das atribuições da FCT, I.P.

### Requisitos de Admissão

**Relação Jurídica:** CTFP por tempo indeterminado

### Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:

- a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

**Habilitação Literária:** Licenciatura

**Descrição da Habilitação Literária:** Licenciatura

Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática
Direito, Ciências Sociais e Serviços	Direito	Direito

### Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.	1	Avenida D. Carlos I, n.º 126 - 1º andar		1249074 LISBOA	Lisboa	Lisboa

**Total Postos de Trabalho: 1**

---

**Nº de Vagas/ Alterações**

---

**Formação Profissional**

---

**Outros Requisitos:** É condição preferencial o candidato possuir um mínimo de três anos de experiência profissional em funções ou cargos com idêntico conteúdo, deter sólidos conhecimentos de Direito Administrativo, bem como bons conhecimentos de Direito da União Europeia, designadamente nas áreas dos fundos estruturais e/ou financiamento de projetos comunitários, motivação para trabalhar em ambiente que privilegia a orientação para a obtenção de resultados práticos e a excelência das soluções propostas.

---

**Formalização das Candidaturas**

---

**Envio de Candidaturas para:** dgrh@fct.pt

**Contacto:** Suzana Silva - 213 924 453

**Data Publicitação:** 2018-10-02

**Data Limite:** 2018-10-17

---

**Texto Publicado**

---

**Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:** Sítio internet da FCT

**Texto Publicado em Jornal Oficial:** A Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. pretende recrutar, por recurso a mobilidade interna na categoria e nos termos dos artigos 92.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, na redação em vigor, um(a) técnico(a) superior na área de Direito, para apoio técnico-jurídico ao Conselho Diretivo da FCT, I.P., nas seguintes áreas: a) No âmbito da atividade dos diversos Departamentos da FCT elaborar de pareceres ou informações de cariz jurídico, protocolos ou contratos, bem como realizar estudos técnico-jurídicos, em todos os domínios da ciência e da tecnologia, assim como do desenvolvimento da cooperação científica e tecnológica internacional; b) Apoio jurídico a concursos, em todas as suas fases, nomeadamente os de atribuição de bolsas e outros concursos competitivos, nacionais e internacionais; c) Preparação de procedimentos de reconhecimento de atividades científicas, nos termos do regime do mecenato científico; d) Colaboração no desenvolvimento e gestão de projetos ligados à inovação, simplificação e modernização administrativa; e) Elaboração e assessoria em propostas de legislação e regulamentação, no âmbito das atribuições da FCT, I.P. É condição preferencial o candidato possuir um mínimo de três anos de experiência profissional em funções ou cargos com idêntico conteúdo, deter sólidos conhecimentos de Direito Administrativo, bem como bons conhecimentos de Direito da União Europeia, designadamente nas áreas dos fundos estruturais e/ou financiamento de projetos comunitários, motivação para trabalhar em ambiente que privilegia a orientação para a obtenção de resultados práticos e a excelência das soluções propostas. Tipo de Oferta: Mobilidade Interna Carreira/Categoria: Técnico Superior Licenciatura: Direito Remuneração: De acordo com o disposto no artigo 19.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2017) que prorroga os efeitos do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a remuneração será a auferida presentemente. As respostas deverão ser remetidas, no prazo de 10 dias úteis, a contar da publicitação do presente aviso, mediante requerimento elaborado pelo candidato com a menção expressa do organismo a que se encontra adstrito, bem como do vínculo, da carreira/categoria que detém, da posição e nível remuneratórios e remuneração mensal e do contacto telefónico, acompanhado do curriculum vitae atualizado e comprovativo das habilitações literárias, para o endereço eletrónico dgrh@fct.pt. A presente oferta de emprego será publicitada na Bolsa de Emprego Público (BEP) e estará disponível na página eletrónica da FCT, I.P. pelo prazo de 10 dias úteis. 2 de outubro de 2018 — A Vogal do Conselho Diretivo, Ana Maria Sanchez.

**Observações**

---

Nos termos do disposto do despacho conjunto n.º 273/2000, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 77, de 31 de março, faz-se constar a seguinte menção «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação»

---

---

---

---

---

---

---